

**MUNICÍPIO
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 22/2020 – 22 DE OUTUBRO DE 2020
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
(MANDATO DE 2017/2021)**

(Contém 10 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

**Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva
Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos**



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 22/2020 da reunião ordinária realizada no dia 27 de outubro de 2020 iniciada às 10h30m e concluída às 12h30.

SUMÁRIO

PÁGINAS

ABERTURA	3
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	3
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR	3
BALANCETE	3
DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE	4
DESTAQUE DE PARCELA	4
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS	5
PROJETO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE COURALOGIA	5
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	6
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE, PARA 2021	6
CEDÊNCIA DE SALA DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA	7
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS	7
FINANCIAMENTO DE OPERADORES DE TRANSPORTES ESSENCIAIS	7
AÇÃO SOCIAL	10
APOIO À NATALIDADE – 3º TRIMESTRE DE 2020	10
APEC – PEDIDO DE APOIO EXCECIONAL - DESPESAS DE ATL 2020	11
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	11
ENCERRAMENTO	11



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia vinte e sete do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de Vítor Paulo Gomes Pereira, estando presentes os vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos.-----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município. -----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não houve intervenções.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve assuntos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

PONTO 01: Aprovação da proposta de ata n.º 21/2020, da reunião ordinária de 13-10-2020 oportunamente distribuída e dispensada de leitura. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 21/2020, da reunião ordinária de 13-10-2020. -----

O Vereador Vítor Silva não votou, por não ter estado presente na reunião a que a ata se refere.-----

BALANCETE

PONTO 02: A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete de Tesouraria, relativo ao dia 23-10-2020, que acusava os seguintes saldos: -----

CX/BC	Fundos Maneio	Saldo	
	Presidência:	650,00 €	seiscentos e cinquenta euros
	Vice-Presidência:	200,00 €	duzentos euros
	Vereadora RPTI:	200,00 €	duzentos euros
	Vereador RPMT:	100,00 €	cem euros
	DAF	200,00 €	duzentos euros
	DECAS	400,00 €	quatrocentos euros
	DOSM	400,00 €	quatrocentos euros
	DUA	0,00 €	
Em cofre na Tesouraria:		3 513,87	três mil novecentos e vinte e três euros e quarenta e nove cêntimos
Depósitos			
Conta n.º 0035/00000038430 (CGD)		285 083,95€	Duzentos e oitenta e cinco mil e oitenta e três euros e noventa e cinco cêntimos
Conta n.º 0035/00001129320 (CGD)		19 951,92€	dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos
Conta n.º 0035/00001129730 (CGD)		28 859,88€	vinte e oito mil setecentos e dez euros e quarenta e sete cêntimos
Conta n.º 0018/00032084298020 (BST)		6 975,17€	seis mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos
Conta n.º 0018/10533024020 - (BST)		900,18€	novecentos euros e dezoito cêntimos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Conta n.º 0018/14401376020 - (BST)	1 643,81€	mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e um centimos
Conta n.º 0018/14497465020 - (BST)	35 910,28€	trinta e cinco mil novecentos e dez euros e vinte e oito centimos
Conta n.º 0018/14 824 607 001 - (BST)	182 169,77€	cento e oitenta e dois mil cento e sessenta e nove euros e setenta e sete centimos
Conta n.º 0018/14824607312 - (BST)	€175 129,82	Cento e setenta e cinco mil cento e vinte e nove euros e oitenta e dois centimos
Conta n.º 0018/15 094725020 - (BST)	4 681,88€	quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e oito centimos
Conta n.º 0018/15 889736020 - (BST)	23 168,96€	vinte e três mil cento e sessenta e oito euros e noventa e seis centimos
Conta n.º 0018/17568171020 - (BST)	3 269,69€	três mil duzentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove centimos
Conta n.º 0018/17996034020 - (BST)	595,23€	quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e três centimos
Conta n.º 0018/24966582020 - (BST)	38,65€	trinta e oito euros e sessenta e cinco centimos
Conta n.º 0018/32379778020 - (BST)	4,22€	quatro euros e vinte e dois centimos
Conta n.º 0079/00490503810 - (BIC)	998,93€	novecentos e noventa e oito euros e noventa e três centimos
Conta n.º 0079/00490503820 - (BIC)	€	
Conta n.º 0033/00 56 436 347 - (BCP)	3 674,14€	três mil seiscentos e setenta e quatro euros e catorze centimos
Conta n.º 54700062007 - (NOVO BANCO)	5 961,08€	cinco mil novecentos e sessenta e um euros e oito centimos
Conta n.º 54700868009 - (NOVO BANCO)	7 324,14€	sete mil trezentos e vinte e quatro euros e catorze centimos
Conta n.º 0045/40024534053 (CCAM)	148 893,48€	Cento e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e três euros e quarenta e oito centimos
Conta n.º 0045/4028562054 (CCAM)	2 040 610,76€	dois milhões quarenta mil seiscentos e dez euros e setenta e seis centimos
Conta n.º 0045/40285634511 (CCAM)	492 102,27€	quatrocentos e noventa e dois mil cento e dois euros e vinte e sete centimos
Conta n.º 0010/3654235001001 (BPI)	5 561,15€	cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e quinze centimos
Conta n.º 0019/20000383 (BBVA)	21 994,07€	Vinte e um mil novecentos e noventa e quatro euros e sete centimos

DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE

DESTAQUE DE PARCELA

PONTO 03: Apreciação, discussão e votação de requerimento de Alexandrina Isabel Guerreiro Rodrigues, Maria Isabel Guerreiro C. Augusto Rodrigues e Manuel António Rodrigues, residentes em Castanheira, Paredes de Coura para emissão de certidão de destaque de parcela de terreno, conforme memória descritiva e justificativa que se transcreve a seguir: -----

“A presente memória descritiva e justificativa diz respeito ao pedido de emissão de certificação para efeitos de destaque de parcela de terreno que é proprietária a Sra. Alexandrina Isabel Guerreiro Rodrigues e outros, no lugar de Corredouras, freguesia de Castanheira, concelho de Paredes de Coura, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na redação que lhe foi conferida pelo DL 26/2010, de 30 de Março, assim como as regulamentares aplicáveis no PDM. -----

INTEGRAÇÃO-----

A propriedade insere-se numa zona considerada pelo PDM do concelho como Solo Urbano - Espaços de Baixa Densidade. -----

A propriedade possui 3095,57 m2, e está localizada num terreno com desnível. -----

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Prédio Urbano, artigo no 615, com a área total de 3095,57 m² - área real tomada em consideração - (as áreas existentes na certidão permanente e na cademeta predial são diferentes da real), a confrontar do Norte com Maria Isaura Loureiro, Sul com Junta de freguesia e caminho, poente com Junta de freguesia e nascente com estrada nacional. -----

Neste prédio existe uma habitação unifamiliar, composta por cave e rés-do-chão com uma área coberta de 210m², com Licença de Utilização no 52/2002. -----

PARCELA A DESTACAR -----

Área de 1421,41 m², a confrontar do Norte com Alexandrina Isabel Guerreiro Rodrigues, Sul com Junta de freguesia e caminho, nascente com estrada nacional e Poente com Junta de freguesia. -----

A parcela a destacar será posteriormente alvo de licenciamento de habitação unifamiliar. -----

PARCELA RESTANTE -----

Área de 1674,16 m², a confrontar do Norte com Maria Isaura Loureiro, Sul com parcela a destacar, nascente com estrada nacional e Poente com Junta de freguesia. -----

A habitação existente no prédio irá ficar afeta a esta parcela". -----

A Chefe do Serviço de Obras Públicas deu a informação com o seguinte teor: "Em conformidade com o disposto no n.º 4 do art.º 6.º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro estão reunidas as condições de destaque, dado que ambas as parcelas confrontam com arruamentos públicos. De acordo com o n.º 7 do já referido artigo, o condicionamento da construção bem como o ónus do não fracionamento previstos nos números 5 e 6 devem ser inscritos no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas. Deste modo, considero não haver inconvenientes na emissão da certidão solicitada. -----

Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o destaque da parcela de terreno conforme memória descritiva e justificativa supratranscrita. -----

CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

PROJETO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE COURALOGIA

PONTO 04: Apreciação, discussão e votação da proposta de Projeto de Execução da empreitada "COURAlogia", conforme informação técnica que se transcreve: -----

"Considerando:-----

- A abertura do aviso para a apresentação de candidaturas NORTE-28-2020-06 – Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE – Projetos Âncora, com uma taxa de financiamento de 85%;-----

- Que um dos critérios de elegibilidade é a apresentação de projeto técnico aprovado; -----

- Que é intenção deste Município candidatar o projeto COURAlogia. -----

Propõe-se:-----

- A aprovação do Projeto de Execução para a empreitada COURAlogia;-----

- O valor base do procedimento para a execução da empreitada não deverá exceder € 208 155,00 (duzentos e oito mil cento e cinquenta e cinco euros), acrescido de IVA;-----

Para os devidos efeitos, informa-se que:-----

- O procedimento de contratação pública apenas será aberto após a aprovação da candidatura pelo que deverá ser presente uma informação a este Executivo das restantes condições do procedimento ao abrigo do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de execução para a empreitada COURAlogia, pelo valor base do procedimento para a execução da empreitada que não deverá exceder € 208 155,00 (duzentos e oito mil cento e cinquenta e cinco euros), acrescido de IVA. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO 05: Tomar conhecimento do edital das deliberações da Assembleia Municipal, da sua sessão ordinária realizada em 13-10-2020.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE, PARA 2021

PONTO 06: Apreciação, discussão e votação de proposta de transferência da competência no domínio da saúde para o ano de 2021, para a autarquia, que se anexa como documento a esta ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

O Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no **domínio da saúde**, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019.-----

O artigo 2º, do referido Decreto-Lei nº 23/2019, consagra a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências:-----

- a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;-----
- b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS);-----
- d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS;-----
- e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.-----

O Decreto Lei 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atualizada, consagra o regime de criação, estruturação e funcionamento de centros de saúde do SNS.-----

Por seu turno a Portaria nº 273/2009, de 18 de março, identifica os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do norte. Considerando ambos os diplomas, verifica-se que no caso do distrito de Viana do Castelo não existe qualquer ACES e, conseqüentemente, não existe ACES no município de Paredes de Coura, conclui-se não haver lugar às transferências indicadas nas alíneas-----

c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); e-----

d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS, do artigo 2º do DL nº 23/2019, de 30 de janeiro.-----

Quanto às transferências referidas nas alíneas a), b) e e), designadamente.-----

a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;-----

b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; e-----

e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, confirma-se que no mapa de encargos anuais com as competências descentralizadas no setor da saúde, publicado no Despacho nº 6541-B/2019 dos Gabinetes dos secretários de estado do Orçamento, das Autarquia Locais e Adjunto e da Saúde, Diário da República nº 137, em 19-07-2019, não são indicados quaisquer montantes a transferir para o município de Paredes de Coura, nem a listagem de imóveis afetos aos cuidados de saúde primários, para os anos de 2019 e 2020.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Por sua vez o Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto que prorroga o prazo das competências para as autarquias locais no domínio da saúde decreta no seu artigo 3º, que altera o artº 28º, do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, suprarreferido que passa a ter a seguinte redação: -----

“2 — Sem prejuízo do número anterior, todas as competências previstas no presente decreto- -lei consideram -se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022. -----

3 — Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceite as competências previstas no presente decreto-lei, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.” -----

Neste contexto ainda de ausência de conhecimento de condições concretas e envelope financeiro, propõe-se que a Câmara Municipal, relativamente à presente competência municipal, delibere propor à Assembleia Municipal que, relativamente ao ano de 2021, o Município de Paredes de Coura recuse exercer as competências no domínio da Saúde.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta transcrita de recusa de transferência de competências para o Município de Paredes de Coura, para o ano de 2021, no domínio da saúde prevista no Decreto-Lei nº 23/2019, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019, ao abrigo do artigo 24º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

CEDÊNCIA DE SALA DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA

PONTO 07: Ratificação de despacho do presidente da Câmara de autorizar a utilização da Sala de Cinema, no próximo dia 26 de outubro, das 14h00 às 16h00, no dia 26 de outubro de 2020, no período compreendido entre as catorze horas e as dezasseis horas, para a realização de uma escritura e na qual são intervenientes diretos 24 outorgantes, de forma a assegurar a distância exigida entre os participantes. -----

Foi deliberado, por unanimidade ratificar o despacho do Presidente da Câmara de autorizar a cedência da Sala de Cinema, no dia 26 de outubro, das 14h00 às 16h00, tendo em conta a circunstância epidemiológica atual associada à COVID19, como medida de proteção civil e de forma a que seja assegurada a distância exigida entre os participantes”.-----

Foi também deliberado, por unanimidade, que a cedência das instalações seja a título excecional e gratuito.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS

PONTO 08: Tomar conhecimento do pagamento da quota de associado do Município de Paredes de Coura, no valor de € 4 359,24 (quatro mil trezentos e cinquenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos).-----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

FINANCIAMENTO DE OPERADORES DE TRANSPORTES ESSENCIAIS

PONTO 09: Apreciação, discussão e votação de proposta de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, que se transcreve: -----

Considerando:-----

- a) Que, nos termos do previsto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível dos transportes e comunicações e da educação, ensino e formação profissional; -----*
- b) Que, de acordo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações,*



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- c) Que, nos termos da alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; -----
- d) Que, de acordo com o n.º 1 do artigo 5.º do CCP, a parte ii daquele código não é aplicável à formação de contratos cujo objeto abranja prestações que não estão nem sejam suscetíveis de estar submetidas à concorrência de mercado, designadamente em razão da sua natureza ou das suas características, bem como da posição relativa das partes no contrato ou do contexto da sua formação; -----
- e) Que, nos termos do artigo 5.º-B do CCP, a celebração dos contratos a que se referem os artigos 5.º e 5.º-A fica sujeita aos princípios gerais da atividade administrativa, bem como, com as devidas adaptações face à natureza do contrato, aos princípios gerais da contratação pública previstos no n.º 1 do artigo 1.º-A, devendo sempre ser feita menção à norma que fundamenta a não aplicação da parte ii ao contrato em causa e os contratos com objeto passível de ato administrativo e demais contratos sobre o exercício de poderes públicos ficam sujeitos às normas constantes do Código do Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações; -----
- f) - Que a Câmara Municipal de Paredes de Coura deliberou atribuir, no ano letivo 2020/2021, gratuidade de passe escolar a todos os alunos do ensino secundário residentes no concelho de Paredes de Coura;
- g) A assunção de competências por parte do Município de Paredes de Coura no âmbito do RJSPTP, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, enquanto Autoridade de Transportes Municipal (cfr. artigo 6.º do RJSPTP); -----
- h) O contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências no âmbito do RJSPTP, celebrado com a CIM Alto Minho, para a gestão dos transportes intermunicipais, ficando, até à conclusão do concurso público lançado por aquela entidade para a região, as carreiras de âmbito municipal sob a alçada do Município (Cfr. Designadamente as cláusulas 1.ª, 2.ª, 7.ª, 9.ª e 10.ª do mencionado contrato interadministrativo); -----
- i) - Que a CIM Alto Minho está a preparar um concurso público, ao abrigo do RJSTPT, que tem como objeto a formação de um contrato visando a satisfação, na região, do serviço público de transporte de passageiros e do serviço público de transporte escolar; -----
- j) - Que é essencial, enquanto solução transitória, garantir a prestação, no concelho, do serviço público de transporte de passageiros, bem como do serviço público de transporte escolar até à conclusão do procedimento concursal mencionado no ponto anterior; -----
- k) Que o Município é conhecedor da realidade local e reconhece que a procura de transporte público de passageiros é maioritariamente escolar, sendo residual a procura por outro tipo de clientes; -----
- l) - A morfologia do concelho de Paredes de Coura, com grandes desníveis e percursos sinuosos, característica que encarece os custos dos serviços públicos de transporte; -----
- m) A escassa receita proveniente dos utilizadores do transporte público de passageiros; -----
- n) A existência de uma única empresa a operar as carreiras municipais – a Empresa de Transportes Courense, Lda. - e a falta de rentabilidade da exploração das carreiras públicas; -----
- o) Que a empresa de Transportes Courense é titular do alvará n.º 1725 para a carreira pública de passageiros entre as localidades de Sobreiro, Angústias, Meca, Insalde, Porreiras, Venade, Mozelos e Paredes de Coura, do alvará n.º 6701 para a carreira pública de passageiros entre as localidades de Rubiães, Antas, Cossourado, Infesta e Paredes de Coura e do alvará n.º 6785 para a carreira pública de passageiros entre as localidades Padornelo, Parada, Bico, Vascões, Vencemal, Chavião, Covelo, Castanheira e Paredes



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- de Coura, alvarás esses que permitiram a emissão de autorização provisória pela CIM Alto Minho para a aludida empresa continuar a operar, nas mencionadas linhas; -----
- p) Que se a referida empresa deixar de operar, os estudantes do 5º ao 12º ano de escolaridade deixarão de ter à sua disposição o serviço público de transporte escolar e deixará também de existir, disponível a todos os cidadãos do concelho, o serviço público de transporte de passageiros, ambas obrigações de serviço público da competência do Município; -----
- q) Que a autarquia não possui qualquer meio para assegurar os mencionados serviços e que não existe outro operador que possa assegurá-los, no concelho, na medida em que a Empresa de Transportes Courense, Lda. é o único operador com autorização provisória, emitida pela CIM Alto Minho, para operar as carreiras municipais e, além disso, não podem ser emitidas autorização provisórias a outros operadores pois, nos termos do disposto no artigo 10.º do RJSPPT, as autorizações provisórias permitem unicamente a manutenção dos títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do RTA e, em relação às linhas de Paredes de Coura, não existem outras entidades com títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do RTA; -----
- r) Que, no tocante às linhas municipais, face à impossibilidade de serem emitidas autorizações provisórias a outras entidades para operarem no concelho de Paredes de Coura (na medida em que não possuem títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do RTA) constata-se que a prestação do serviço público de transporte escolar e a prestação do serviço público de transporte de passageiros só podem, neste momento, ser prestadas pela Empresa de Transportes Courense, Lda. (única entidade com autorização provisória para tal), não sendo, por esse motivo, as referidas prestações de serviços suscetíveis de estar submetidas à concorrência de mercado e encontrando-se, por isso, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do CCP, os contratos que as tenham como objeto excluídos da âmbito de aplicação da parte ii do CCP; -----
- s) Que o mesmo acontece em relação às carreiras intermunicipais, onde: -----
1. Apenas a Empresa de Transportes Courense, Lda. tem autorização provisória para operar nas linhas: Valença-Paredes de Coura; Paredes de Coura-S.Pedro-Cerveira-Caminha-Ancora-Viana do Castelo e Paredes de Coura-Valença-Monção; -----
 2. Apenas a empresa AVMINHO tem autorização provisória para operar na linha Paredes de Coura-Ponte de Lima; -----
- t) Que as obrigações de serviço público impostas não vão além de duas frequências diárias em cada uma das carreiras municipais e intermunicipais supra descritas; -----
- u) Que dados os seus custos e receitas, os quais foram devidamente apurados pelo Município, o valor a pagar por carreira é o discriminado no considerando w); -----
- v) Que foi possível pagar a reativação das carreiras municipais, na sequência da sua suspensão decorrente da pandemia causada pela doença Covid-19, com recurso aos fundos provenientes dos programas PART e PROTransP, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril; -----
- w) Que, esgotada a verba proveniente dos referidos programas, terá a Câmara Municipal de continuar a suportar os custos com a aludida prestação de serviços públicos, o que implica, até final do ano de 2020, um gasto estimado de € 27.600,00 €, nos seguintes termos: -----
- a) € 19.800,00 € para as carreiras Municipais, exploradas pela Empresa de Transportes Courense, Lda. (o montante real será apurado nos seguintes termos: valor de autocarro = (250€+IVA/dia/linha), deduzido dos valores dos passes e bilhética gerados em cada linha); -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

b) € 3.400,00 € para as carreiras Intermunicipais exploradas pela Empresa de Transportes Courense, Lda. (o montante real será apurado nos seguintes termos: valor de autocarro = $(250€ + IVA/dia/linha) \times a \%$ que cabe ao município de Paredes de Coura, deduzido dos valores dos passes e bilhética gerados em cada linha na respetiva percentagem). Na linha de Viana do Castelo a % que cabe ao município de Paredes de Coura suportar é de 31,20 %; na linha de Valença a % que cabe ao município de Paredes de Coura suportar é de 40,33 % e na linha de monção a % que cabe ao Município de Paredes de Coura suportar é de 16,39 %; -----

c) 4.400,00 € para a carreira Intermunicipal explorada pela AVMINHO (o montante real será apurado nos seguintes termos: valor de 2 autocarros a circular = $(542€ + IVA/dia/linha) \times \%$ acordada com o município de Ponte de Lima, ou seja, 33,33 %, deduzido dos valores dos passes e bilhética gerados na linha na referida proporção). -----

Proponho:-----

Que a Câmara Municipal delibere:-----

1 - Atribuir, até final do ano de 2020: -----

- À Empresa de Transportes Courense, Lda. os valores que resultem da aplicação das fórmulas mencionada em a) e b) do considerando w), referentes à prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros e de transporte escolar, no período compreendido entre novembro e dezembro 2020, nas linhas referidas no considerando o) e no n.º 1 do considerando s) e em cumprimento das obrigações estipuladas em protocolo a celebrar entre o Município e a referida entidade. -----

- À empresa Autoviação do Minho o valor que resulte da aplicação da fórmula mencionada em c) do considerando w), referente à prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros e de transporte escolar, no período compreendido entre outubro e dezembro 2020, na linha referida no n.º 2 do considerando s) e em cumprimento das obrigações estipuladas em protocolo a celebrar entre o Município e a referida entidade. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, supratranscrita. -----

AÇÃO SOCIAL

APOIO À NATALIDADE – 3º TRIMESTRE DE 2020

PONTO 10: Apreciação, discussão e votação da proposta de subsídio de apoio à natalidade, nos termos do artigo 4º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, referente ao 3º trimestre de 2020. -----

“Pelo Serviço de Ação Social foi apresentado o mapa dos requerimentos para apoio à natalidade, nos termos do artigo 4º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, relativo ao terceiro trimestre de 2020, no valor total de € 7 625,00 (sete mil seiscentos e vinte e cinco euros).-----

Proc. N.º	REQUERENTE	BENEFICIÁRIO	Valor Atribuído
11	Yennifer Karina Monsalve Esteves	Abril Alejandra Gallegos Monsalve	500,00 €
12	Sandra Isabel Pereira Barbosa Araujo	Camila Barbosa Araújo	500,00 €
13	Carina Alexandra Pereira Pinto	Matias Pinto Rodrigues	500,00 €
14	Andreia Alves da Cunha	Francisca Alves Fernandes da Cunha	500,00 €
15	Vitor Porfírio Dias de Barros	Hélder Rodrigues Barros	500,00 €
16	Fernanda Maria Fernandes Vilas Boas	Luan Daniel Vilas Boas Amorim	500,00 €
17	Fátima Rosália Abreu de Sousa	Luana José Sousa Pinto	1 000,00 €
18	Sílvia Maria Rodrigues Gouveia Barbosa	Olívia Barbosa Mendonça	500,00 €



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

19	Marina da Silva Valério	Bryan Miguel Pereira Moreira	500,00 €
20	Micaela Oliveira Rodrigues	Maria Francisca Rodrigues Esteves	625,00 € a)
21	Maria Violeta Pereira Barbosa da Cunha	Pedro Barbosa Cunha	500,00 €
22	Adriana Pereira de Carvalho	Laura Carvalho Gachineiro	500,00 €
23	Mariana Isabel Silva Sousa	Miguel Lima de Sousa	500,00 €
24	Marta Vétia Serra Vaz	Lia Vaz Loureiro	b)
25	Vera Lúcia Barreiro Vieira	Diego Vieira da Silva	500,00 €
15 processos	15	total	7 625,00 €

a) Proc. 20/2020 – Com majoração de 25%, por o pai pertencer ao corpo dos BVPC.-----

b) Proc. 24/2020 - Não elegível, por não ter até 4º escalão de Abono de Família, pelo nascimento do 1º ou 2º filho.-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar o apoio à natalidade, nos termos do mapa transcrito, relativo ao terceiro trimestre de 2020, no valor de € 7 625,00 (sete mil seiscentos e vinte e cinco euros).-----

APEC – PEDIDO DE APOIO EXCECIONAL - DESPESAS DE ATL 2020

PONTO 11: Apreciação, discussão e votação de pedido da Associação de Pais e Encarregados courense a comunicar que em virtude da pandemia COVID-19, o ATL referente ao mês de agosto de 2020, dinamizado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação Courenses (APEC), teve custos adicionais na aquisição de material de proteção e desinfeção. Nestes termos solicita um apoio excecional de 1 521,00, para custear essas despesas. -----

Foi deliberado, por unanimidade atribuir um apoio excecional no valor de € 1 521,00 (mil quinhentos e vinte e um euros) destinado a custear as despesas na aquisição de material de desinfeção. -----

O pagamento do subsídio será efetuado mediante a assinatura de protocolo”.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

----- No termo desta reunião, foi deliberado, unanimidade, esta ata em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo presidente, encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pela secretária. -----